

CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO RURAL DE ANDRADAS - MG

Priscila Carolina Ricci¹ Maria Neuza de Carvalho²

RESUMO

O senso de identidade e pertencimento, a organização social e a interação entre instituições têm sido considerados por vários estudiosos das ciências econômicas e sociais como bases fundamentais para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade, superando a ideia de que somente o mercado, exclusivamente e por si só, é capaz de promover o desenvolvimento, a qualidade de vida, a equidade social e a preservação ambiental, surgindo assim o conceito de Capital Social. Considerando que a contextualização histórica e cultural contribui significativamente para a definição dos indicadores do Capital Social que contribuem para o desenvolvimento local, este artigo faz uma revisão do tema Capital Social e apresenta um breve resgate histórico do município de Andradas-MG, abordando a estrutura fundiária, a contribuição dos imigrantes, em especial, dos italianos, as características do modo de produção agropecuária e as relações entre agricultores e suas organizações, procurando assim contribuir para percepção de se, e como, este setor contribui para o capital social e para o desenvolvimento do município.

Palavras chave: Organização rural; Associativismo; Sustentabilidade.

¹ Engenheira Agrônoma formada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Mestranda em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Engenheira agrônoma concursada da Prefeitura Municipal de Andradas, cedida desde 2014 para atuar como extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), em Andradas. É trineta de italianos. E-mail: priscilaricci@hotmail.com

² Engenheira Agrônoma formada pela Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado (ESACMA); Especialista em Solos e Meio Ambiente pela Escola Superior Agrícola de Lavras (ESAL / UFLA); Especialista em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB); Mestre em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Extensionista Agropecuário II da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), atuando no município de Andradas desde 1993. E-mail: maria.carvalho@emater.mg.gov.br

1 - INTRODUÇÃO

Os fatores institucionais, sociais e culturais têm sido considerados por vários estudiosos das ciências econômicas e sociais como bases fundamentais para o desenvolvimento sustentável, superando assim a ideia de que somente o mercado bastaria para promover desenvolvimento, a qualidade de vida e a preservação ambiental, surgindo assim o conceito de vários tipos de capital.

Distingue-se até sete tipos de capital: o natural, o físico ou de infraestrutura, o humano, o capital social, (RATTNER, 2003; LEITE et al., 2015), o cultural, o político e o financeiro (LEITE et al., 2015).

O capital natural é constituído pelos recursos naturais aproveitáveis de um espaço geográfico (RATTNER, 2003), como o clima, a topografia e as belezas naturais, e especialmente a água, o solo, o ar e a biodiversidade (LEITE et al., 2015).

O capital físico ou de infraestrutura refere-se às estruturas físicas e técnicas criadas pelo homem, como máquinas, equipamentos, sistemas de saneamento, comunicação, processamento ou lazer (FLORA, 2011³ apud LEITE et al., 2015)

O capital humano é o resultado do nível de educação, saúde e acesso a informação que uma população possui (RATTNER, 2003). Este capital é reconhecido como vetor estratégico para promover mudanças sociais, sendo capaz de aprimorar e sustentar os outros fatores fundamentais ao desenvolvimento sustentável (JARA, 2001; LEITE et al., 2015). Ele ajuda a definir a qualidade do capital social, a equidade social e o uso racional dos recursos que compõem o capital natural (JARA, 2001).

O capital cultural refere-se ao modo de ser e viver da comunidade, como as pessoas enxergam o mundo, como age, suas tradições e linguagem. Pode-se dizer que se refere à cosmovisão de uma comunidade, com seus saberes, sua alimentação, sua linguagem e a maneira como percebe o mundo e o que está sendo alterado. A capacidade de observação minuciosa e o conhecimento que a comunidade possui da sua própria localidade, da sua biodiversidade, de suas festas e tradições, torna a comunidade capaz de perceber e reconhecer situações de anormalidade, que podem comprometer a sustentabilidade do capital natural (FLORA, 2011 apud LEITE et al., 2015).

O capital financeiro refere-se aos recursos financeiros disponíveis para investir na capacitação da comunidade, no equilíbrio ambiental, no desenvolvimento de ações e

³ FLORA, C. B. Mobilizing community capitals to support biodiversity. In: JORDI, L. P. (Ed). **The importance of biological interactions in the study of biodiversity**, 2011.

negócios que apoiem o empreendedorismo cívico, social e ambiental, e o aprimoramento e acumulação de todos os outros capitais. No desenvolvimento convencional é comum privilegiar o capital financeiro em detrimento aos outros capitais, considerando a rentabilidade dos atores privados como indicativo mais importante de sucesso e prosperidade, mas isto geralmente resulta em destruição dos recursos naturais, declínio do capital natural, e, muitas vezes, do capital humano e social também. Em contraponto, na perspectiva da sustentabilidade, faz-se necessário que a biodiversidade esteja ligada ao capital financeiro, promovendo-se o uso criativo e racional dos recursos naturais, e legitimando atividades desenvolvidas pela população local, como guardião e vigia ambiental (FLORA, 2011 apud LEITE et al., 2015).

Considera-se como capital político a habilidade que uma comunidade possui de alterar normas, influenciando regras e padrões que determinam a distribuição de recursos e as formas como estes são utilizados (FLORA; FLORA, 2013⁴ apud LEITE et al., 2015). Quando há alto capital político, a população encontra sua própria voz, convivendo, à vontade, com autoridades que detém o poder, científico ou de governo, engajando-se em ações que contribuem para o bem-estar de toda a comunidade, para o aumento da biodiversidade e de um ecossistema saudável (FLORA, 2011).

O capital social se fundamenta nas relações entre os atores e entidades sociais, com obrigações, expectativas e confiança mútuas (PUTNAM, 1984). Este capital se refere ao potencial que pessoas e organizações de uma comunidade têm de se unir, mas especialmente de se manterem unidas e coesas, frente aos problemas, de modo a ser capaz de superá-los (CARVALHO, 2006), sendo considerado como um fator crítico para a saúde do ecossistema (LEITE et al., 2015).

Considerando que a contextualização histórica e cultural é fundamental para definir indicadores do capital social que contribuem para o desenvolvimento local, este trabalho faz uma revisão do tema capital social e um breve resgate histórico de Andradás-MG, destacando as características e relações entre agricultura, os agricultores familiares, bem como a contribuição deste setor para o desenvolvimento do município, procurando assim perceber o papel ou importância do capital social no desenvolvimento de Andradás-MG.

⁴ FLORA, C. F.; FLORA, J. L. **Rural communities: legacy and change**. 4. ed. Boulder: Westview Press, 2013. 414p.

2 – CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social surgiu como um elemento importante para entender o funcionamento das relações humanas e os arranjos sociais que são estabelecidos em favor da disputa pelo equilíbrio entre igualdade e liberdade, tentando assim enfrentar o problema da ação coletiva nas relações sociais, ou seja, tentando superar a teoria de que os indivíduos são atores intencionais que só fazem parte de um grupo que luta por um bem público, por coação ou estimulados por um interesse particular e, sendo por isso, chamados de “caronas” (LOTTA; MARINS, 2010).

O capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e um bom fluxo de informações internas e externas (PUTNAM, 2002).

Este termo tem sido usado com maior frequência a partir de 1990, mas já em 1916, Lyda Hanifan o usou, definindo capital social como o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre os indivíduos e a família. Hanifan parte da ideia de que as redes sociais podem ter valor econômico (MILANI, 2003).

Mas Jane Jacobs adverte que para a autogestão de uma comunidade ou grupo funcionar é necessário à permanência das pessoas, pois é isto que fortalece as relações dando de fato características de rede. Esta mesma estudiosa, afirma que é possível a partir de uma ação engajada e comprometida de um pequeno grupo, como cem pessoas, ter um reflexo positivo no capital social de uma comunidade mil vezes maior (JACOBS, 1961⁵ apud FRANCO, 2001).

Milani (2003) cita ainda que Alexis de Tocqueville, em estudos como “A democracia na América no século XIX”, foi pioneiro ao procurar compreender as relações entre a riqueza da sociedade e o processo de democratização, salientando que da combinação entre compromisso cívico, comunidade e liberdades individuais resultaria o capital social, base da democracia liberal norte-americana.

Coleman (COLEMAN, 1990⁶, apud MELO et al., 2015) aponta que no plano individual, ele é a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em experiências de reciprocidade e comportamento confiáveis que, no conjunto, melhoram a eficiência individual; no plano coletivo, o capital social ajuda a manter a coesão social, pela obediência as normas e leis; a negociação em situação de

⁵ JACOBS, Jane (1961). Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁶ COLEMAN, J. S. Foundations of Social Theory. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição, tanto nas escolas quanto na vida pública o que resulta em um estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico, enfim, numa sociedade mais aberta e democrática.

O americano Robert Putnam (PUTNAM, 1993⁷, apud FRANCO, 2001) ao pesquisar por vinte anos a democracia na Itália, ampliou o debate sobre capital social, ao verificar que algumas comunidades superaram os dilemas da ação coletiva (quando não há um compromisso mútuo confiável), por meio do engajamento cívico, da confiança, das normas de reciprocidade, inclusive observando em algumas associações de crédito, situações em que as pessoas não disporiam de bens físicos, empenhavam suas relações sociais. Neste caso, a confiança social emana da conexão entre regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica, pressupondo “expectativa mútua de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro”, assim, uma série de atos altruísticos isolados realizados hoje, resultarão em benefícios para cada um e para todos ao longo do tempo. Com o aumento da confiança social na reciprocidade, as pessoas não se sentem mais ameaçadas pelo abuso dos oportunistas, aumentando o intercâmbio social, especialmente quando predomina na sociedade conexões com padrões de relacionamento horizontais, em que as agentes têm o mesmo status e o mesmo poder. Assim, dependendo do modo de ser e agir da comunidade, o capital social pode ser criado ou dilapidado, num processo de acumulação ou auto-reforço, mas tendo claro que “uma economia forte e um Estado forte são frutos de uma sociedade forte”, situação que é mais evidente na região Norte da Itália (PUTNAM, 1993, apud FRANCO, 2001).

Baseado nos trabalhos de Coleman e Putnam, Abramovay (2000) sintetiza capital social como características da organização social, como confiança e normas que facilitam ações coordenadas, contribuindo para uma melhor eficiência da sociedade.

Para Cunha et al. (2002), o capital social é o somatório dos recursos inscritos na organização da vida social de uma população, em que o social refere-se a associação, ou seja, o capital pertence a uma coletividade ou a uma comunidade, ele é compartilhado e não pertence a indivíduos. Numa visão econômica, é capital porque acumula, pode produzir benefícios, tem estoques e uma série de valores. Assim, o capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para o uso futuro, mas não se trata, porém de um bem ou serviço de troca pessoal.

⁷ PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public life. American prospect, 1993.

O capital social refere-se à capacidade e à habilidade que os cidadãos têm de conectar-se e compartilhar, e neste sentido, o sentimento de pertencer ao grupo é fundamental, passando de uma identidade baseada no conhecimento para outra fundada no pertencimento (MILANI, 2003). Afinal,

“O capital social tem por base energias que residem no íntimo humano, trancadas e silenciadas, mas à espera de canais que levem aos relacionamentos de confiança, reciprocidade e amorosidade” (JARA, 2001, p. 150).

Capital social é definido por Augusto de Franco como o conjunto dos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem a parceria - por exemplo, o empoderamento – ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade de as populações influírem nas decisões políticas (FRANCO, 2001).

Rattner (2003) destaca que o capital social não se desgasta com o uso e não se esgota, mas pode ser destruído ou reduzido, aumentando a vulnerabilidade dos mais pobres e mais fracos, dos desempregados e desabrigados sujeitos as manifestações das diferentes formas de violência, agressões e delinquência, transformando o ambiente numa situação em que o homem se torna o lobo dos outros (“homo homini lúpus”).

Neste sentido, observou-se que o capital social da França foi minado por um governo excessivamente centralizador, e, nos Estados Unidos devido à tendência ao individualismo, à desigualdade de renda e a ascensão de um Estado forte em detrimento às associações (FUKUYAMA, 1995⁸, citado por FRANCO, 2001).

Assim, o estado tem papel fundamental na criação ou fortalecimentos do capital social, sendo responsável, pois cada vez mais evidências tem demonstrado que a coesão social é crucial para que as sociedades prosperem economicamente e, para que o desenvolvimento seja de fato sustentável (RATTNER, 2003).

Paiva e Rosa destacam que “o capital social não é apenas a soma das instituições que reforçam uma sociedade, é o amalgama que as mantém coesas (PAIVA; ROSA, 2003⁹, apud MDA/SAT, 2005).

O capital social reflete as conexões entre pessoas e organizações, sendo definido como as normas, os valores, as instituições e os relacionamentos compartilhados, que

⁸ FUKUYAMA, Francis (1995). *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

⁹ PAIVA, Adelina; ROSA, Sueli C. Vídeo conferência do Instituto do Banco Mundial, em 27/05/2003, Brasília-DF.

permitem a cooperação dentro de grupos e entre diferentes grupos sociais, sendo estes conhecidos respectivamente, como capital social de ligação e de ponte. O capital social é construído pelas redes de relações que a comunidade possui, condicionado por fatores culturais, políticos e sociais, mas fundamental para a saúde do ecossistema e valoração do capital natural (LEITE et al., 2015).

Com o aumento do capital social, de ponte e de ligação, cresce também o poder de negociação de uma comunidade tornando-a capaz de identificar aliados e parceiros que comunguem da visão de sustentabilidade, aumentando o capital político, resultando em aumento de biossegurança (FLORA, 2011, apud LEITE et al., 2015).

Assim, observa-se que ainda não existe consenso quanto ao conceito de capital social e que as abordagens variam de acordo com questões de lógica, interesses e políticas públicas. Mas, há consenso de que o capital social não pode ser isolado de seu contexto e construído artificialmente, estando fundado em relações sociais e tendo impacto em uma série de comportamentos humanos e atividades sociais, tendo assim uma relação de causa e efeito com os fatores a ele associados, ou seja, é afetado e gerado por efeitos econômicos e sociais. Faz-se oportuno destacar alguns pontos que podem servir para estudos e avaliação do capital social: quantidade e interação de associações e organizações sem fins lucrativos; confiança entre instituições, nos partidos e em outros indivíduos; densidade de redes sociais com diversidade étnica e mobilidade social; educação; ajuda a imigrantes; crédito solidário; sabedoria dos anciãos sendo valorizada e disseminada para os jovens; participação feminina; parceria; coesão; cooperação; gestão participativa e comunitária; relações dialógicas e democráticas; espiritualidade; porcentagem de pessoas que participam ativamente de organizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas, fóruns de desenvolvimento; civismo; permanência das pessoas de um mesmo local e sentimento de pertencimento, dentre outras.

Formar ou fortalecer o capital social não é uma tarefa fácil, pois depende de muito esforço pessoal e institucional (JARA, 2001). Assim, considerando que as formas convencionais de formar o capital humano estimulam o individualismo e a competição, características estas que são contrárias ao capital social (RATTNER, 2003), faz-se necessário mudar o foco da educação formal, incorporando competências e habilidades que contribuam para a preservação ambiental, para o acesso a informação, para o

aumento da biodiversidade, para o aumento da confiança e da cooperação, para a formação de uma liderança intelectual que reconheça e valorize o conhecimento tradicional, como complementar ao conhecimento científico (FLORA, 2011, apud LEITE et al., 2015).

Afinal, a interação entre o mundo exterior e interior na promoção de mudanças sustentáveis depende da vontade e do poder de cada pessoa e de cada gestor público. Somente compreendendo o real significado da vida e do sentimento dado ao viver em sociedade, é que se promove o empoderamento das pessoas e das comunidades (JARA, 2001).

3 – HISTÓRIA DA AGRICULTURA ANDRADENSE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Andradas, município que se localiza na região Sul do estado de Minas Gerais e que faz divisa com o estado de São Paulo, foi paulista na época das capitanias hereditárias (ROVARON, 2009).

Com o esgotamento das minas de ouro, iniciou-se a corrida pelos campos para criar bois e a divisa com a capitania de São Paulo foi atravessada pelos mineiros nos anos de 1790¹⁰, tomando posse os dois fazendeiros vindos de Baependi – MG, Felipe Mendes e Antonio Rabelo de Carvalho, que, acompanhados da família, alguns escravos e cabeças de gado, atravessaram o Rio das Antas e se instalaram um de cada lado das margens do Córrego do Cipó, próximo as atuais divisas com Poços de Caldas – MG. Depois começaram as invernadas transferindo o gado dos campos que eram mais frios, para as baixadas do Rio Jaguari Mirim, que corre nos territórios de Andadas e João da Boa Vista/SP, sendo que em um de seus pontos instalado um Registro de Barreira (século XIX), que serviu como uma espécie de marco da fronteira entre os estados de Minas Gerais (ROVAROM 2009). Esse rio situa-se na parte exterior dos planaltos de

¹⁰ Antes dessa invasão mineira da região que hoje chamamos “Planalto de Poços de Caldas” ou “Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas”, que engloba vários municípios, inclusive Andradas, toda essa área era uma Sesmaria de um paulista chamado Inácio Preto de Moraes, que criava gado e cavalos na região. Carta de doação a Inácio Preto foi feita pelo Capitão General de São Paulo, Joze Raymundo Chichorro (Sic.), que assinou a carta de doação em 1786. O original do documento encontra-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo (ROVARON,2009). Principalmente na década de 1790 essas terras começaram a ser invadidas com o apoio tático do Governo de Minas, que aos poucos estendeu as divisas até essa região antes paulista (ROVARON, 2009). Os citados Felipe Mendes do Prado e Antônio Rabelo de Carvalho fizeram parte da leva de geralistas invasores, indo além das bordas da caldeira do planalto vulcânico, ocupando também terras do seu exterior, no vale rio Jaguari Mirim, onde hoje fica o centro urbano do município.

campos e da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas, na parte do seu vale próxima à Serra Caracol. Foi neste sítio que se formou a malha urbana da cidade e Andradas.



Fonte: <<<http://www.saojoao.sp.gov.br/ciprejim/index.htm>>>.

Assim se iniciou Andradas, com a pecuária bovina associada a uma agricultura para autoconsumo, entre os planaltos de capôs e as férteis terras do Vale do Jaguari Mirim. A princípio com povoação pequena e rarefeita, o município teve o seu desenvolvimento acelerado entre os anos de 1890 e 1920, com a chegada de imigrantes europeus de composição étnica majoritariamente italiana, o que promoveu não somente uma expansão demográfica, como também econômica, atribuída à componentes do capital social trazido por eles como: o capital humano¹¹ e o capital cultura¹². Segundo Altafin, “a agricultura familiar se amplia tanto pela chegada de imigrantes europeus como pela abolição da escravatura...” (ALTAFIN, 2003). Os italianos que vieram para esta região do Brasil vieram para trabalhar em fazendas de café no Estado de São Paulo se fixando no município de São João da Boa Vista. Com muito trabalho e economia eles conseguiram comprar suas próprias terras, tendo optado por Andradas pela

¹¹ Relembrando que, segundo Rattner, capital humano é o resultado do nível de educação, saúde e acesso a informação que uma população possui (RATTNER, 2003).

¹² Repetindo o que explicamos anteriormente, capital cultural refere-se ao modo de ser e viver da comunidade, como as pessoas enxergam o mundo, como age, suas tradições e linguagem. Refere à cosmovisão de um grupo, com seus saberes, sua alimentação, sua linguagem e a maneira como percebe o mundo e o que está sendo alterado (FLORA, 2011 apud LEITE et al., 2015).

proximidade, pelo menor custo das terras e pelo clima favorável à viticultura (MARQUES,1995).

O cultivo da uva e a produção do vinho em Andradas se expandiu com a chegada dos primeiros imigrantes italianos no final do século 18 e segundo depoimentos do Sr. Ricardo Sasseron (Informação verbal)¹³, pode-se considerar que atingiu o auge na década de 1950 quando o município chegou a ter mais de 70 adegas, as quais tinham seu próprio parreiral e ainda compravam uva de outros agricultores. A principal variedade de uva cultivada era a jacquez, destinada à produção de vinhos comuns. O vinho produzido era comercializado a granel com o estado de São Paulo e foi exatamente por causa desta fase de prosperidade da vitivinicultura que o município passou a ser conhecido pelo codinome Terra do Vinho. A construção da rodovia BR-101 Régis Bittencourt facilitou a chegada do vinho do Rio Grande do Sul a São Paulo, aumentando a concorrência e como esta rodovia também possibilitou que as uvas do Sul fossem trazidas a serem processadas em Andradas, houve maior interesse das adegas por adquirir uvas produzidas lá, e com a falta de união dos agricultores familiares e o pouco apoio do poder público, os parreirais foram sendo arrancados e substituídos, principalmente pelos cafezais. Isto fez com que o município tivesse no início da primeira década de 2000, menos de 10% da área de uva que já teve cultivada.

Quanto ao café à área cultivada foi ampliada com a chegada dos italianos por ser um trabalho conhecido e o município ter condições climáticas favoráveis tornando esta lavoura um investimento mais garantido. Foi muito incentivado pela revolução verde pela ação da extensão rural e pelo crédito rural que priorizavam os produtos de exportação. Ao mesmo tempo em que foi aumentando a área cultivada com café foi havendo uma redução das áreas destinadas ao cultivo de subsistência passando este também a ocupar áreas destinadas anteriormente às pastagens e ao cultivo da uva imprimindo forte pressão sobre as áreas de preservação permanente e de reserva. Atualmente em Andradas, o café ocupa uma área de 9500 ha e um total de 2000 produtores dos quais 1900 são agricultores familiares, sendo produzido com predomínio da mão de obra familiar e dos sistemas de parceria e comodato, destacando-se pelas condições favoráveis a produção de cafés de qualidade, conhecidos como cafés especiais.

¹³ Das memórias de Ricardo Sasseron um pouco da história da uva e do vinho em Andradas (artigo no prelo) - fruto de depoimento verbal de Ricardo Sasseron dado à segunda autora, Maria Neuza de Carvalho, em 2001-2002 e revisto em 2009. Este viticultor e cafeicultor andradense (1917-2011) era filho de italianos.

As marcas deixadas pela origem campesina e especialmente da colonização italiana ainda são muito fortes em Andradas podendo-se destacar:

-A cultura da uva destinada para produção de vinho no município envolve 15 produtores, entre familiares e não familiares, com cerca de 60 ha plantados.

- A principal festa do Município continua sendo a do vinho sempre realizada na segunda quinzena do mês de julho, desde 1954.

- Nos últimos anos com a queda da rentabilidade do café alguns agricultores tem buscado a diversificação, investindo no cultivo de olerícolas e também na fruticultura, principalmente com o cultivo de banana, mas poucos produtores têm optado pelo cultivo de uva devido ao alto custo de implantação desta lavoura.

Alguns proprietários de adegas e também alguns outros produtores com visão mais ligada ao turismo tem investido na formação ou renovação de parreirais, mas com o uso de outra espécie (*Vitis vinifera*) e variedades de uva (Syrah, cabernet sauvignon, merlot...) e adotando nova técnica de poda, na perspectiva de aumentar a produção de vinhos finos, começando a resgatar a visibilidade e competitividade dos vinhos produzidos no município, inclusive já tendo alguns premiados, no Brasil e no exterior.

- O turismo está sendo mais valorizado e está recebendo bons investimentos de proprietários das adegas e também do poder público. Um produtor tradicional de vinhos inaugurou em 2003 o complexo turístico enogastronômico aumentando assim o foco e visitação dos turistas para a sua adega e também para o município. Além disso, houve expansão muito grande de outras práticas de turismo no espaço rural, como as práticas de esporte radical e de voo livre, o turismo reflexivo (Caminho da Fé, Rota das Capelas, e em implantação o Caminho Monsenhor Alderigi), alguns restaurantes, com grande expansão de turistas, mas com insuficiência na infraestrutura receptiva.

- O tipo de ocupação das terras e a composição familiar foram determinantes para que o município tenha uma estrutura fundiária muito interessante, sendo considerado por muitos que sofreu uma “*reforma agrária natural*”¹⁴, frase sempre

¹⁴ Temos consciência de que o termo “*reforma agrária natural*” seria considerado errado nas Áreas das Ciências Sociais, porque toda realidade modificada pela ação humana deixa de ser natural e passa a ser cultural, mesmo que a ação seja feita de forma automática e inconsciente. Além disso, o termo reforma agrária pressupõe uma política pública feita pelo governo, o que também não foi o caso de Andradas. Da forma simples do Senhor Ricardo Sasseron, que fazemos questão de respeitar, com “reforma agrária natural” está se referindo a um processo espontâneo e não planejado de transformação de grandes fazendas em pequenas propriedades, promovido pelas inúmeras compras de terras feitas parceladamente pelos imigrantes italianos. Também é necessário não esquecer que no século XIX, antes da chegada dos imigrantes, já foram detectadas por Rovaron algumas pequenas propriedades nos subúrbios da povoação que deu origem à Andradas e o início de um parcelamento das grandes fazendas por divisão de herança. O imigrante veio intensificar e acelerar esse processo de transformação da Vila

repetida pelo Senhor Ricardo Sasseron, descendentes de vênets, que foi elemento sólido de união no cooperativismo agrícola.

No município, além de mais de 95% das propriedades terem menos de 100 hectares e mais de 62% das propriedades terem menos de 20hectares, o trabalho com a terra continua sendo realizado com predomínio da mão de obra familiar sendo muito comum a troca de dias entre parentes e vizinhos, os pais e avós cederem em comodato para familiares partes das suas lavouras, se destacando ainda a frequência do sistema de parceria, principalmente nas lavouras de café, o que amplia ainda mais o acesso ao uso da terra, independente da posse. Isso faz com que o valor das terras e da mão de obra no município seja no geral mais alto que a média regional. A agricultura familiar de Andradas é muito expressiva sendo estimada em 2.800 para um total de 3500 produtores (EMATER-MG, 2018).

- A diversificação da produção agrícola ocorre com cultivo de uma ou duas atividades comerciais associadas à produção para auto-consumo. Esta área de auto-consumo foi sendo reduzida ao longo dos anos, mas ainda é presente em algumas lavouras o cultivo de milho, feijão e banana, principalmente em consórcio com lavouras de café.

- A herança cultural é muito forte podendo se destacar na alimentação, o almoço na casa da mãe aos domingos para se comer uma bela macarronada (não mais com macarrão feito em casa), as relações familiares, a religiosidade, a música, o jogo de bocha, a solidariedade para com os vizinhos, amigos e entidades beneficentes tanto do município e região, a frequência de algumas palavras italianas no vocabulário de muitas famílias, músicas italianas nos encontros familiares e solenidades, dentre outras.

A comunidade Andradense apesar de ter inter-relações econômicas e socioculturais muito fortes, com forte relação de confiança e solidariedade apresenta alguma resistência ao processo de formação de grupos e associações, sendo comuns as pessoas até se associarem a um sindicato, associação ou cooperativa, mas como são pouco participativas todas as decisões são tomadas por uma minoria que normalmente faz parte das classes dominantes. Essa pouca participação ou organização dos agricultores familiares de Andradas que levam a uma certa resistência de se comprometer formalmente com outros por longo prazo pode ser compreendida com os estudos de Wanderlei (1999), ao considerar que a multiplicidade de tarefas dos

Caracol, depois Andradas, num município de pequenas propriedades, com agricultura desenvolvidas por mão de obra familiar.

camponeses requer uma diversidade de competências, muita leveza na organização do trabalho, então, antes de ser individualista, a resistência para a organização formal é uma necessidade técnica para conseguir conduzir a própria atividade.

Além dos Agricultores familiares, os outros produtores rurais do município, que não são tão grandes assim, se dedicam principalmente ao cultivo de café, banana, uva, batata, alface e outras olerícolas, flores e bovinocultura de corte e leite no sistema convencional com emprego de mão de obra assalariada, e também de parceiros no caso de café e olerícolas.

O cultivo de flores de corte, em sua maioria rosa, foi introduzido no município há mais de 20 anos por descendentes de holandeses e está crescendo a cada ano, tendo características bem diferentes das formas de cultivo tradicionais no município: são mais tecnificados que as outras culturas e fazem uso somente de mão de obra assalariada. Como condições de trabalho e remuneração inferiores ao normalmente praticado pelas outras atividades no município, faz com que empresários tragam mão de obra de outros estados com grande diferença de valores sociais e culturais, gerando ao poder público aumento da demanda por serviços educacionais, sociais e de saúde.

O serviço de extensão rural em Andradas se iniciou em 1964, e teve papel relevante na expansão da área cultivada com café e na introdução do milho híbrido, de reguladores de crescimento para quebra de dormência dos parreirais e toda a tecnologia proposta pela chamada revolução verde. O foco para o trabalho com agricultura familiar foi ampliado com os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF a partir de 1997, e considerando o agravamento dos problemas ambientais e sociais e o início da demanda de trabalhos com agricultura orgânica, a partir do ano de 2000 a equipe local da EMATER-MG, intensificou o foco no trabalho na perspectiva do desenvolvimento sustentável destacando o associativismo, a mobilização das comunidades e lideranças para a formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, o artesanato em fibras naturais, recuperação de nascentes, implantação de pomares domésticos, ampliação dos cultivos de subsistência e a divulgação de práticas agroecológicas. Como frutos deste trabalho mais participativo com os agricultores familiares destacam-se:

- O artesanato em fibra de taboa produzida pelos artesãos da Cooperativa Tramas da Terra: Este grupo nasceu no ano 2000 com a proposta de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e moradores da região do Bairro do Óleo,

mas que depois se expandiu para outros bairros. O artesanato produzido por muitos anos foi comercializado em vários shoppings de todo o Brasil, fornecendo cestas de taboa para a empresa francesa L'Occitane, agregando renda para as famílias rurais. Depois, com a redução do volume comercializado o grupo foi se desestimulando. Atualmente a cooperativa esta passando por uma reestruturação, com novos membros e nova diretoria.

- Formada em 2003, a Associação de Produtores da Agricultura Familiar e/ou Orgânicos de Andradas e Região - AGRIFAN através de parceria com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região – COOPFAM, através da qual são certificados como produtores orgânicos e fair trade. Os associados têm procurado trabalhar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Atualmente a AGRIFAN conta com 12 associados, sendo a maioria composta por agricultores orgânicos, com foco na produção de cafés de qualidade

- Em agosto de 2005 foram empossados os primeiros membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Andradas – CMDRS, com representantes dos 14 setores rurais e de 6 entidades atuam junto ao setor. Na época de criação, como o nível de associativismo formal era muito baixo, para a escolha dos representantes dos agricultores familiares o município foi dividido em 14 setores rurais de acordo com características como: principais atividades agropecuárias, acesso, grupos de interesse, relacionamento social. Através de reuniões participativas fez-se o diagnóstico de problemas e potencialidades e escolha dos representantes para representar o setor pelo mandato de dois anos. O CMDRS tem reuniões mensais onde são tratados todos os assuntos de interesse ou necessidade da área rural, na perspectiva da sustentabilidade, sempre com um quórum mínimo de 60%, sendo considerado por varias lideranças como o conselho mais atuante do município.

- A Associação dos Moradores do Bairro Serra dos Lima, associação civil sem fins lucrativos, instituída em outubro de 2006 por agricultores familiares moradores do Bairro Serra dos Lima e arredores. A Associação surgiu como enfrentamento ao maior problema do bairro que era a dificuldade de transporte devido ao seu relevo montanhoso, o que além de dificultar o acesso a saúde e educação, era fundamental para o escoamento dos produtos agrícolas em especial o café. A conquista do asfaltamento de

um trecho de serra, continua sendo considerado pela comunidade como a maior conquista da associação. No ano de 2016, a associação, com o apoio da EMATER-MG, foi contemplada pela Fundação Bando do Brasil com um prêmio destinado a jovens rurais de aproximadamente R\$200.000,00, destinado a aquisição de trator, beneficiador de café e outros equipamentos, na perspectiva de melhores condições de produção e agregação de valor ao produto. Atualmente a associação conta com 32 famílias, as quais são conhecidas pela realização de festas beneficentes no bairro, como a festa de Nossa Senhora Aparecida e Festa das Crianças. Possui membro da associação como representantes do Setor rural 1 na composição do CMDRS.

- Associação dos Cafeicultores dos Bairros Gabirobal e Gonçalves – ACAFEG, instituída em agosto de 2007, na busca de soluções para problemas enfrentados na área técnica, gerencial, mercadológica, social e ambiental da cafeicultura. A associação tem como objetivo principal expandir e apoiar a comercialização dos cafés de seus associados no mercado interno e externo, gerando melhor renda e qualidade de vida. Atualmente possui 44 associados e uma infraestrutura com espaço para reuniões, confraternizações e uma sala de classificação e provas de café. Contam também com assessoria profissional da área de gestão ambiental, para possíveis adequações frente à certificação fair trade. Já teve membros da associação como representantes do Setor rural 2 na composição do CMDRS.

- A AMOREB, Associação dos Moradores do Bairro São Pedro da Barra e Região foi criada com o intuito de fortalecer e dar voz aos moradores, uma vez que por ser divisa de 3 municípios, entre eles: Andradas, Jacutinga e Ouro Fino, eram muitas vezes esquecidos por seus representantes. Desde sua fundação em 2016, houve um aumento significativo do número de associados, que hoje somam 103. Entre suas primeiras e mais significativas conquistas, esta um ponto de ônibus coberto e a abertura de um consultório de dentista, que foi ofertado na cooperação dos três municípios. A associação sempre realiza festas beneficentes para ajudar moradores do bairro que estão com alguma necessidade e para melhorar a infraestrutura da associação. Possui membro da associação como representante do Setor rural 1 na composição do CMDRS.

- A Associação dos Moradores do Distrito Campestrinho - ADC, é uma associação sem fins lucrativos que tem por finalidade a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para melhorar as condições de vida de seus associados. Foi

fundada no dia 29 de agosto de 1997, o que a qualifica como a associação mais antiga do município. Hoje possui 69 associados que já receberam benefícios, como: Patrulha mecanizada, reforma da praça, transporte da saúde, entre outros. Como grande ação desta associação, destaca-se o fato de ser desde 2008 a entidade mobilizadora de cursos do SENAR-Minas, realizando com o apoio do CMDRS, Prefeitura Municipal e Emater –MG, mais de 20 cursos de capacitação e qualificação rural em todo o município. Possui membros da associação como representantes do Setor rural 6 na composição do CMDRS.

Além destas associações de agricultores familiares, existem no município a ANDRAFLORES – Associação dos Produtores de Flores e de Plantas em cultivo protegido da Serra de Andradas e Região, e mais duas associações: A Associação de Moradores do Bairro Pessegueiro da Serra e Vizinhos, fundada em dezembro de 2013 e a Associação dos Moradores do Bairro Capão do Mel e Região, fundada em setembro de 2017, que nasceram com o mesmo objetivo, realizar atividades com as crianças, filhos de trabalhadores das roseiras, de 6 meses a 12 anos de idade. O projeto sementinha, da Associação do Bairro Pessegueiro da Serra e Vizinhos atende cerca de 50 crianças e possui 80 associados atualmente. Já o projeto raio de sol da Associação dos Moradores do Bairro Capão do Mel e Região atende cerca de 25 crianças e possui em média 60 associados ativos. As principais conquistas alcançadas pelas associações são as parcerias com o município de Andradas e conselho municipal da criança e do adolescente (CMDCA), para manutenção das atividades com as crianças. Estas associações a partir deste ano passaram a ter um de seus membros como representantes dos setores rurais 10 e 11 na composição do CMDRS.

Diante do conhecimento dos grupos e associações rurais mencionados acima, é comum encontrarmos nos grupos informais e nas associações de Andradas a característica de certa longevidade nos mandatos dos líderes e presidentes. Ao mesmo tempo em que essa característica confere identidade ao grupo, pode revelar um direcionamento no olhar do todo.

Andradas também conta com duas grandes cooperativas que chegaram a pouco no município, a Coopercitrus que incorporou a antiga Cooperativa Agropecuária Regional de Andradas – CARA e a Cooxupé, ambas com foco na atividade cafeeira.

Devido à necessidade de incorporação da antiga CARA e outros acontecimentos relacionados ao fechamento de máquinas beneficiadoras de compra de café no município, o cafeicultor de Andradas, no momento, não está motivado ao

cooperativismo. Essa percepção é comprovada pelo baixo índice de adesão às novas cooperativas, Cooxupé e Coopercitrus, mesmo estas sendo cooperativas de renome nacional.

Assim como existe uma grande diversificação da produção agropecuária e das agroindústrias (laticínios, adegas, doces) toda a economia de Andradas também é diversificada e teve grande ampliação, principalmente na década de 70 quando a ocupação de mão de obra neste setor subiu de 9,9 para 24,1%. Destacam-se as indústrias de cerâmicas, moveleira, de confecção e turismo. Mas, mesmo atuando em outro setor como principal atividade a maioria continua tendo propriedades agrícolas e mantendo a ligação com o campo, através de pelo menos uma atividade agrícola.

O município investe principalmente em saúde, educação, cultura, social e infraestrutura e já possui um grande número de conselhos municipais que participam das tomadas de decisão realizando fóruns e conferências. Mas no geral há uma baixa participação popular, com predomínio da participação de funcionários do próprio poder público, exceto no CMDRS.

Andradas, além de suas belezas naturais, tem uma comunidade que se destaca pela solidariedade e cooperação, pelo interesse pela cultura e lazer, música, teatro, literatura, futebol e os meios de comunicação.

O tipo de ocupação do solo e da mão-de-obra, a diversificação da produção agropecuária e de outras atividades econômicas no município, os investimentos em saúde e educação tem contribuído para que o município tenha uma boa distribuição de renda e uma qualidade de vida que lhe permite ser classificado em 70º no estado pelo IDH- índice de desenvolvimento humano.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a agricultura familiar em Andradas, tem sido fundamental para manter a produção de alimentos básicos e tem contribuído significativamente com a produção para o mercado interno e externo e que a colonização italiana foi fundamental na determinação da estrutura fundiária e na organização da sociedade.

Pode-se verificar também que apesar do baixo nível do associativismo formal é uma comunidade em que predomina a parceria, a troca de dias entre vizinhos, a cooperação, a solidariedade, com grande ação para os trabalhos comunitários e beneficentes, os valores culturais e o empreendedorismo. Além disto, o trabalho do poder público se destaca pelos incentivos na saúde educação, cultura e lazer,

repercutindo para que o município se destaque pelo nível de desenvolvimento em relação aos vizinhos e outros municípios do Estado. Assim pode-se inferir que o diferencial de Andradas é o capital social e que este pode estar atrelado ao processo de colonização, uma vez que a presença de descendentes de imigrantes italianos nos municípios vizinhos é menor, de maneira similar ao que são explicadas diferenças de desenvolvimento entre as regiões norte e sul da Itália: A herança cultural é o fator fundamental na determinação dos níveis de desenvolvimento de uma região ou de um país. Em outras palavras, o norte da Itália apresenta o nível de capital social herdado mais elevado do que o sul e são suficientes para explicar as diferenças de desenvolvimento e mais especificamente o impacto que as políticas, projetos e reformas possam vir a ter em uma determinada região.

Com as significativas mudanças ocorridas no setor agrícola, especialmente com a chegada dos produtores de rosa com grandes diferenças técnicas, culturais e de relações de trabalho, as raízes históricas tem se mostrado mais frágeis e as relações de confiança e de cooperativismo também tem se tornando mais instáveis.

Na perspectiva da sustentabilidade reconhecesse que ações como as que estão sendo realizadas de fortalecimento da cultura local fundamental para o desenvolvimento do município, mas sugere-se um estudo aprofundado das características do capital social local, verificando especialmente as formas de fortalecer e reativar este potencial já existente, pois somente assim será possível promover de fato desenvolvimento sustentável de Andradas.

5 – BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. In economia aplicada, vol. 4, n°2. São Paulo: USP, 2000.

ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar**: Uma apreciação sobre a trajetória brasileira. Brasília: UnB e Centro de Desenvolvimento, 2003. Tese de Doutorado.

ANDRADAS, P. M. **História**. Disponível em: <<http://www.andradas.mg.gov.br/historia>>. Acesso em: 09 ago 2019.

CARVALHO, M. N. de. **Capital social e associativismo**: estudo junto à Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região – COOPFAM – e associações parceiras. Monografia de especialização em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, 2006. 63 p.

CUNHA, L. A. G. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial**. Curitiba: UFPR, 2000. Disponível em: www.calvados.cest.ufpr/raega, acessado em 18/08/2019.

CUNHA, S.; ARAUJO, N. G.; OLIVEIRA, K. **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Pintadas. Universidade Federal da Bahia, 2002. Projeto de Pesquisa. Site: www.adm.ufba.br/capitalsocial, em 10/08/2019.

EMATER-MG. Relatório de Safra Agrícola, ICMS solidário e Relatório Anual de Atividades do ano de 2017: Município de Andradas. Andradas -MG, 2018, 37 p.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2001. 352p.

LEITE, D. L.; ANTUNES, I. F.; SCHWENGBER, J. E.; BEVILAQUA, G. A. P.; NORONHA, A. O fator humano e social na conservação da agrobiodiversidade. In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P. G.; BARBIERI, R. L. **Agrobiodiversidade**. Brasil Brasília, DF: Embrapa, 2015. p. 155- 168.

LOTTA, G. S.; MARTINS, R. d'A. **Capital social e redes sociais como alternativa para análise da política pública de educação: o caso de Icapui-CE**. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 843-860, out./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a10.pdf> > Acessado em: 10/08/2019.

MDA/SDT. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Série Documentos SDT: numero 01. Brasília: SDT/MDA, 2005. p.10.

MARQUES, N. A. de P. **Os estrangeiros na construção de Andradas**. Andradas: Sebastião Marcondes Junior, 1995, 392p.

MELO, P. T. N. B. de; PONTES, H.; BELLEN, R. H. M. V. **Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração**. In: Cad. EBAPE. BR, v. 13, nº 1, artigo 8, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2015. p. 148-164. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n1/1679-3951-cebape-13-01-00136.pdf> > Acessado em: 10/08/2019.

M. L. R. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**. 1998, in Textos sobre economia solidária. Apostila.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**, 2003. 30p. Disponível em: <<http://www.lasociedadecivil.org/wp-content/uploads/2014/11/carlosmilanip.pdf>> acessado em 10/08/2019.

RATTNER, H. **Prioridade: Construir capital social**. in Revista Espaço Acadêmico, ano II, 21. SãoPaulo: USP, 2003 site www.espaccadematico.com.br acessado em 10/08/2019.

ROVARON, C. E. **Ocupação da região da caldeira vulcânica de Poços de Caldas–MG (SEC. XIII-XIX)**. Dissertação apresentada ao Programa de história Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História Econômica. 2009. 237p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura Familiar, realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, cap.1.p.21-55.